

SISTEMA DE AVALIAÇÃO EM LUGAR DE UMA POLÍTICA EM FORMAÇÃO PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

POR GASTÃO WAGNER*

A atual política para Pós-graduação no Brasil restringiu-se a um sistema de avaliação, em base a suposto mérito dos programas, dos pesquisadores e dos alunos. Vale ressaltar que isto não é principalmente uma modalidade de avaliação: é uma modalidade de política de governo. Uma modalidade conservadora de fazer política e de governar. Está em todos os manuais contemporâneas de administração a descrição e análise deste estilo denominado de “gestão com base em resultados”. Os críticos o apelidaram de “gerencialismo”.

É uma forma de administrar sistemas, organizações e programas centrados no controle social da força de trabalho, mediante a instituição de padrões e a busca obsessiva pela homogeneidade por meio da centralização autoritária do estabelecimento do que são considerados “bons resultados”. O que indicaria “bons resultados” é traduzido em indicadores e metas que ocultam o processo de definição de finalidades e do sentido e do significado econômico, político, social e humano daquela política travestida em “sistema de avaliação”. A “gestão com base em resultados” tem se demonstrado a metodologia mais eficaz para domesticação dos profissionais e trabalhadores, superando neste particular o taylorismo e todas suas variantes contemporâneas.

O problema é que ao trazer a competição para dentro das organizações e dos sistemas esta modalidade de gestão desconstrói a essência das Políticas Públicas. As Políticas Públicas foram inventadas, ao longo do século XX, exatamente para assegurar a sobrevivência dos “menos aptos”, isto tanto em virtude de algum valor moral e ético – direito universal à saúde, por exemplo -, ou por necessidade social – um programa de pós-graduação na Amazônia poderá não ser bem avaliado, mas, o desenvolvimento nacional, necessitará de um importante grau de descentralização. Outro exemplo: jovens professores de Uni-



versidades poderão ter capacidade produtiva inferior aos mais antigos, mas sua inclusão progressiva no sistema será fundamental, tanto por direito à inclusão apesar do estágio de aprendizes, ou porque o sistema envelhecerá sem renovação de pessoal e de paradigmas.

A “gestão com base em resultados” distribui prêmios e penalidades com base no desempenho dos tais supostos “bons resultados”, gerando um sistema que funciona comandado por uma espécie de “darwinismo social”. Como decorrência, ao longo do tempo, haverá sempre acúmulo de poder e de recursos naqueles considerados mais produtivos. Não há utilização de apoio institucional para os piores avaliados, “menos aptos”, não havendo, portanto, ajuda financeira, técnica, científica ou em planejamento para os programas ou pesquisadores com desempenho fora do padrão.

Esta modalidade de gestão perversa é o dodói dos fanáticos pela racionalidade do mercado.

No Brasil, o sistema de gestão da Pós-graduação pelo MEC/CAPES, que submeteu todo o sistema universitário à sua lógica em menos de dez anos, eliminou o Filosofista, a discussão sobre sentido e significado da ciência, da investigação e da formação de docentes e de pesquisadores, pela compulsão em medir. Medir e medir e pouco pensar sobre os efeitos destas medições.

Os indicadores e metas do sistema nacional vem sendo construídos com uma fundamentação teórica e metodológica da raciona-

MEDIR E MEDIR E POUCO PENSAR SOBRE OS EFEITOS DESTAS MEDIÇÕES

lidade lógico formal (linguagem matemática e estatística). Como isto, esta metodologia foi incorporado ao sistema de governo/avaliação de forma acrítica, sendo utilizada mesmo quando perguntas e objetos que poderiam ser melhor compreendidos mediante outras estratégias metodológicas.

Os indicadores, que são imediatamente transformados em metas, lugares de chegada, têm abrangência restrita, isto é, não conseguem explicar algo próximo a totalidade, dos fenômenos que pretendem explicar. Assim “excelência” em produção científica passou a ser representado, basicamente, pelo número de artigos (papers) publicados em revistas indexados de alto rango. É uma redução brutal, ridícula não fossem trágicos os resultados sociais e culturais que a longa hegemonia desta mentalidade tem produzido.

Ainda mais grave tem sido o fato de que a força destes indicadores é sempre medida por sua frequência (quantidade) e não segundo impacto em criação, inovação, relevância social e humana. O mais grave ainda é que o julgamento sobre a qualidade termina “terceirizado” para editoria de revistas, várias de propriedade privada, que delegam, automaticamente, a suposta “excelência” da investigação, fala-se em artigos A1, A2, etc.

Para agravar este quadro há ainda o “ranqueamento” (argh!), os programas e os docentes/investigadores são classificados segundo notas, e, pior, o grosso da distribuição de recursos orçamentários destinados à Pós-graduação é feita com base nestas listagens organizadas como se fosse um campeonato de futebol ou uma olimpíada. E como vem ocorrendo nestas modalidades esportivas, a cada ano o “sarrafo”, os níveis considerados adequados de desempenho medido, são elevados. Uma corrida que degrada mais do que qualifica.

Este estilo de governo do sistema de ciência e tecnologia vem se expandindo dos EUA para Europa, Brasil, etc., entretanto, nos esquecemos da “antropofagia” sugerida por Oswald de Andrade e outros modernistas, que nos recomendavam não nos fecharmos ao mundo, às influências de outras culturas, mas que nos cuidássemos de filtrá-las, recriando-as em razão do contexto nacional. Pois bem, no Brasil, a Ciência e Tecnologia, ao contrário dos EUA, tem se desenvolvido como Política Pública – a maior parte do orçamento para pesquisa é de origem pública.

Houve ainda uma desvalorização brutal da formação, a “formação/padronização” de novos cientistas ocorreria por meio da “natural” exposição ao método lógico formal e ao sistema de gestão de resultados. Aliás este é o segredo desta modalidade de gestão: os programas, profissionais e trabalhadores são obrigados a internalizar o que é considerado “boa prática”, sendo desnecessários o planejamento, o apoio, a educação permanente, já que cada programa e cada pesquisador estarão obrigados a se adaptar às regras do jogo senão perecerão.

Alguma mudança seria possível tendo em vista a hegemonia desta política e deste estilo de governo da Pós-graduação?

A vigência desta lógica dividiu a Saúde Coletiva e ainda vários docentes de outras áreas. Acredito que chegou o momento de ensinarmos algumas reformas:

- O “sarrafo” precisa ser desmontado. A pressão por maior produtividade precisa ser reposta em níveis toleráveis e adequados às singularidades das áreas de conhecimento (ciências humanas, ciências básicas, etc); dentro da saúde coletiva o mesmo pelo menos em relação às três áreas prioritárias.

- Argumenta-se que houve evolução do sistema de avaliação com a inclusão de outros indicadores que não produção de artigos. As planilhas de avaliação estariam quase perfeitas. O problema que estes novos indicadores vem sendo construídos dentro da lógica da frequência. Há conhecimento em livros, admitiu-se em algumas áreas. O que valerá, contudo, será o número de capítulos ou de livros publicados e não, outra vez, sua qualidade.

- Haveria que ser recuperado o velho planejamento com base em necessidades e em prioridades para orientar a distribuição de recursos. Metade dos recursos da Pós-graduação poderia ser distribuídos com base em necessidades acordadas de forma participativa e democrática. Bolsas, recursos para professores visitantes, etc., para novos Cursos, para programas com grande número de alunos e de docentes. A atual lógica de avaliação está produzindo programas com número cada vez menor de docentes, os que ultrapassam o “sarrafo” e, em decorrência, com número cada vez menor de alunos.

A outra metade dos recursos iria para programas com capacidade e experiência em determinadas linhas de investigação, para o mérito. Poderíamos ir analisando a proporção mais funcional ao longo dos anos.

- Por que manter o famigerado “ranqueamento”? Em alguns países a avaliação de programas de Pós-graduação e de docentes passou a ser mais “qualitativa”; ainda quando sigam utilizando indicadores quantitativos e qualitativos. Há a experiência de cada pesquisador e de cada docente indicar o essencial de sua obra nos anos em que serão avaliados.

- O essencial é que todas estas mudanças sejam realizadas de forma participativa e democrática. A cogestão do sistema e de estratégias de reforma precisam de cogestão: envolvimento dos coordenadores de programas, dos assessores e gestores oficiais, dos docentes e pós-graduandos.

**Gastão Wagner de Sousa Campos é professor titular em Saúde Coletiva da FCM/UNICAMP – Palestra proferida em mesa redonda durante o XII Congresso de SC em julho de 2015*